

DESAFIOS DA MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS DOMÉSTICOS

REVISÃO CRÍTICA DO DEBATE

Carlos Nuno Castel-Branco

CONTEXTO GERAL: DESAFIOS DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS DOMÉSTICOS

A literatura sobre a mobilização de recursos domésticos está a expandir-se rapidamente e a adquirir importância crescente no debate sobre o financiamento da despesa pública e do investimento privado em África (Di John, 2010; Ndikumana e Boyce, 2010; Oya e Pons-Vignon, 2010; Sachs, 2006; Easterly, 2007 e 2006; Moyo, 2010), para referir apenas alguns autores).

De um modo geral, esta literatura é concentrada no financiamento do Estado e dominada por dois grandes temas, nomeadamente: razões para mobilizar recursos domésticos e modalidades práticas para o fazer.

São duas as razões geralmente apresentadas para reorientar a política pública para a mobilização de recursos domésticos. A primeira é que a ajuda externa, que tem dominado o financiamento do Estado nos países africanos menos desenvolvidos nas últimas duas décadas, tende a estagnar ou diminuir. Além disso, a ajuda externa é ineficaz e/ou prejudicial por causa dos condicionalismos económicos e políticos que introduz, por permitir sustentar ambientes económicos não competitivos e por fomentar a corrupção (Moyo, 2010; Easterly 2007 e 2007; Oya e Pons-Vignon, 2010; Di John, 2010; De Renzio e Hanlon, 2007). A segunda é que os governos dos países dependentes de ajuda externa tendem a prestar contas aos doadores e não aos cidadãos do país receptor, porque são os doadores e não os cidadãos quem financia o Estado. Por consequência, também o debate e a escolha de opções políticas e de política pública tendem a envolver o governo dependente e os doadores e a excluir os cidadãos. Logo, num ambiente de dependência externa e não mobilização de recursos domésticos para financiar o Estado, a cidadania não se desenvolve (Di John, 2010; De Renzio e Hanlon, 2007; Oya e Pons-Vignon, 2010).

No que diz respeito a modalidades de mobilização de recursos domésticos, a mobilização de receitas fiscais é, geralmente, a preferida porque: (i) incentiva e/ou força a poupança; (ii) promove ligações entre o Estado e os cidadãos; e (iii) nos países menos desenvolvidos, geralmente existe um grande potencial fiscal ocioso derivado da fraqueza da administração fiscal, da estrutura fiscal afunilada, e da baixa tributação do Produto Interno Bruto (PIB) especialmente causada por benefícios fiscais atribuídos ao grande capital internacional (McKinley, 2009; McKinley e Kyrili, 2009; Di John, 2010; Ossemane, 2011).

Outra modalidade de financiamento do Estado é a dívida pública – que pode ser contraída com recurso a obrigações do Tesouro (dívida com os cidadãos e empresas domésticas), créditos comerciais (dívida com o sistema bancário nacional e internacional) e parcerias público-privadas. Esta modalidade é preferida quando o espaço de expansão fiscal é reduzido, por motivos políticos e/ou económicos, e quando há garantias de que a dívida será usada produtivamente no desenvolvimento da infra-estrutura económica e social (Ndikumana e Boyce, 2010; Massarongo, 2010; Massarongo e Muianga, 2011).

De acordo com a literatura, estas duas modalidades de mobilização de recursos domésticos (mobilização de receita fiscal ou endividamento público) podem compensar pela redução dos fluxos de ajuda, mas apenas a tributação resolve a questão da responsabilização do Estado perante os cidadãos (Di John, 2010; Ndikumana e Boyce, 2010) e da mobilização e utilização produtiva do potencial fiscal ocioso. Ambas podem afectar os fluxos de investimento privado, quer competindo pelos mesmos recursos financeiros, quer criando incentivos para o investimento privado a favor da especulação financeira ou, alternativamente, do investimento produtivo articulado, diversificado e alargado (Ndikumana e Boyce, 2010; Massarongo, 2010; Massarongo e Muianga, 2011, Ossemane, 2011; Castel-Branco, 2010a). O financiamento do Estado com recurso à dívida pode rapidamente resultar em crise fiscal, ou pode ser um complemento útil do financiamento público, dependendo da magnitude relativa da dívida, do seu peso no total da despesa pública, das suas condições comerciais (período de pagamento e taxas de juro), da relativa estabilidade dos mercados de capitais e da estratégia e prática de utilização da dívida.

DEBATE EM MOÇAMBIQUE: ECONOMIA POLÍTICA DAS OPÇÕES ECONÓMICAS

Como seria de prever, este debate está a desenvolver-se também em Moçambique (Amarcy e Massingue, 2011; Castel-Branco, 2010a e 2010b; Castel-Branco, Sulemane *et al*, 2005; Ossemane, 2011; Massarongo, 2010; Massarongo e Muianga, 2011; Sande, 2011; Bolnick, 2009; Byers, 2009; Kuegler, 2009).

MOTIVAÇÕES DO DEBATE EM MOÇAMBIQUE

No caso moçambicano, as motivações para este debate têm relação com seis grandes questões.

Primeira – substituição da ajuda externa: os fluxos de ajuda externa, que nas últimas duas décadas financiou em média 55%-60% da despesa pública, tendem a estagnar e a contrair em termos reais. Apesar da ambiguidade dos principais doadores do orçamento do Estado no que diz respeito à estrutura e níveis de ajuda, é de prever que a Ajuda Geral ao Orçamento reduza mais acentuadamente do que os níveis agregados de ajuda externa ao País. Portanto, é previsível que o financiamento geral do orçamento do Estado seja mais afectado do que o financiamento sectorial e de projectos.

Segunda – redução de interferência política: a relação prolongada e profunda de dependência externa envolve um alto grau de interferência política dos doadores nos assuntos de política pública nacional (Macamo, 2006; De Renzio e Hanlon, 2007). Esta relação política desconfortável entre o governo de Moçambique e os doadores só pode ser ultrapassada com a emergência de alternativas de financiamento do orçamento do Estado e consequente redução drástica da dependência de ajuda externa (Castel-Branco, 2011a, 2010a e 2010b; De Renzio e Hanlon, 2007).

Terceira – aumento da receita e mudança da estrutura fiscal: as receitas fiscais representam menos de 15% do PIB, financiam apenas 45% da despesa pública e, à semelhança de outros Países da África subsaariana, crescem em torno de uma estrutura afunilada (concentrada em torno de impostos indirectos) e como resultado de aperfeiçoamentos na administração fiscal (o que permite apenas crescimentos marginais) (Ossemane, 2011). A receita fiscal *per capita* é inferior a US\$ 55 – claramente abaixo da média na África subsaariana, que se aproxima dos US\$ 70 *per capita* (McKinley, 2009; McKinley e Kyrili, 2009) – dos quais apenas US\$ 18 provêm

de impostos directos (impostos sobre os rendimentos do capital e do trabalho) e somente US\$ 9 provêm de impostos sobre os rendimentos do capital. Os impostos sobre as transacções de bens e serviços totalizam aproximadamente US\$ 35 *per capita* (Castel-Branco, 2010a e 2010b; DNEAP, 2010; OECD, 2011; Ossemane, 2011).

Em Moçambique, o PIB duplica em cada 10 anos e o PIB *per capita* duplica em cada 15 anos (INE, vários anos; DNEAP, 2010); o investimento privado estrangeiro é dos mais altos na África subsaariana e 50% do investimento privado nos últimos 10 anos concentrou-se em recursos naturais e é intensivo em capital (Castel-Branco, 2010a); menos de 10% da população activa tem emprego formal e o rendimento médio dos cidadãos é de um dólar por dia *per capita* (DNEAP, 2010; INE, vários anos). Como é que é possível que, nestas condições, o contributo dos impostos sobre o rendimento do trabalho e o contributo dos impostos sobre o rendimento do capital sejam semelhantes? Qual é o peso distributivo, nos vários grupos de rendimento, de uma estrutura fiscal assente em impostos indirectos (sobre o consumo de bens e serviços), e em que o esforço fiscal do trabalho é pelo menos 2,5 vezes superior ao do capital (Ossemane, 2011)?

É, pois, bem provável, que a estrutura fiscal não só beneficie desproporcionalmente a acumulação privada de capital com base em recursos naturais sem contrapartidas reais para a economia nacional, como também penalize desproporcionalmente os grupos mais vulneráveis por causa dos efeitos combinados dos impostos sobre o rendimento do trabalho e sobre o consumo de bens e serviços (mais investigação será necessária para verificar esta hipótese). Além disso, o peso maior da carga fiscal sobre o capital recai sobre as pequenas e médias empresas, já que as empresas familiares e informais (geralmente chamadas microempresas) e os grandes projectos de investimento beneficiam de isenções fiscais massivas, embora por razões diferentes (Ossemane, 2011; Castel-Branco, 2010a). Portanto, a estrutura fiscal prevalecente afecta a produção e a geração da riqueza promovendo o grande capital internacional em prejuízo das pequenas e médias empresas e do trabalho.

Quarta – eliminação de benefícios fiscais redundantes: a fragilidade e afunilamento da estrutura e da dinâmica fiscal estão associados aos benefícios fiscais redundantes para os grandes projectos de investimento estrangeiro relacionados com o complexo mineral-energético (Ossemane, 2011; Kugler, 2009; Byers, 2009; Bolnick, 2009; Castel-Branco, 2010a).

Ossemane (2011) demonstra que, enquanto a proporção da remuneração do capital no PIB é duas vezes e meia superior à do trabalho, o contributo da remuneração do trabalho para as receitas fiscais é superior ao do capital. Na sua análise, Ossemane argumenta que o peso das receitas fiscais recai sobre os impostos indirectos; o peso das receitas do comércio externo tende a diminuir por causa da liberalização comercial; o espaço para aumentar receitas com base no IVA e outros impostos sobre as transacções é limitado por causa dos efeitos distributivos negativos sobre uma população maioritariamente pobre; e os ganhos fiscais resultantes da melhoria da administração fiscal crescem a taxas marginais decrescentes. Além disto, Ossemane também mostra que os enormes incentivos fiscais de longa duração são a causa principal do baixo contributo fiscal do capital; e que estes incentivos incidem mais sobre, e são maiores para, os grandes projectos de investimento estrangeiro concentrados em recursos naturais. Logo, conclui Ossemane, a forma mais eficaz e eficiente para aumentar a base fiscal é a tributação dos rendimentos do capital, em especial das grandes empresas multinacionais do sector energético e mineiro, pois a ociosidade fiscal criada pelos benefícios que estes projectos recebem é o único espaço fiscal substancial disponível na economia nacional. Para Ossemane, a questão não é se os megaprojectos já fazem algum contributo para a economia nacional, mas que estes projectos estão muito aquém de fazer o contributo que podem e devem.

Bolnick (2009) demonstra empiricamente que os incentivos fiscais aos grandes projectos são geralmente redundantes pois não têm influência nas decisões de investimento. As conclusões de Bolnick são consistentes com as previsões da análise teórica (Castel-Branco, 2002a e 2010a; O País, 2011b). Esta análise argumenta que a localização de projectos de investimento estrangeiro de grande envergadura é determinada por estratégias corporativas oligopolistas, pela presença de recursos, pela regulamentação e pela facilidade de exploração dos recursos (extracção e logística de transporte, processamento e comercialização, bem como as condições económicas prevalentes). Para estes projectos, os únicos incentivos fiscais que podem ter relevância nos ciclos iniciais de investimento são a amortização acelerada (que permite acelerar a recuperação do capital investido) e a redução ou eliminação de direitos sobre a importação de bens e serviços de investimento não disponíveis na economia em condições competitivas. Incentivos fiscais sobre o rendimento do capital têm alguma relevância apenas para projectos de pequena escala e de alta mobilidade locacional (*footlose*), que não constituem uma base sustentável e inovadora em torno da qual se possam desenvolver as capacidades produtivas do País.

Os incentivos fiscais geralmente beneficiam as empresas apenas quando estas começam a ter lucros – isto é, quando começam a produzir matéria tributável. Para a maior parte das empresas, principalmente as pequenas e médias, a grande dificuldade reside em sobreviver e chegar ao ponto de gerar lucros. Logo, os incentivos que elas necessitam não são os fiscais mas os que reduzem os custos de investimento e de transacção e aumentam as probabilidades de sucesso (capacidade de coordenação de investimento complementar e competitivo; infra-estrutura dedicadas e especializadas, provavelmente fornecidas com base em *clusters* industriais; sistemas de formação, de informação, de aprendizagem e inovação, de promoção, estandarização e controlo da qualidade, de aquisição de adaptação de tecnologias; logística produtiva, comercial e financeira; acesso a terra, energia e água, etc.). Os incentivos fiscais não podem compensar pelos custos adicionais que resultam da fraqueza da base produtiva social, pois (i) estes custos diminuem lucros e, portanto, a matéria tributável, o que reduz o valor dos incentivos fiscais; e (ii) os incentivos fiscais são uma promessa para o futuro e não um apoio para o ciclo inicial de negócio.

Portanto, os incentivos fiscais impõem constrangimentos macroeconómicos fundamentais e são fundamentalmente redundantes no que diz respeito às decisões de investimento, e a tributação do grande capital multinacional parece ser a reserva fiscal mais importante do País. Kuegler (2009) mostra que a receita fiscal potencial da Mozal (fundição de alumínio) perdida anualmente por causa dos incentivos fiscais massivos atinge os US\$ 128 milhões (aproximadamente 7% do Orçamento do Estado). Castel-Branco (2011b), com base no relatório dos auditores sobre a indústria extractiva em Moçambique (Boas & Associates, 2011) argumenta que as receitas fiscais (directas, dos lucros, dos rendimentos dos trabalhadores e das royalties destas empresas; e indirectas) provenientes de seis projectos do complexo mineral-energético totalizaram, em 2008, apenas US\$ 11,6 milhões. Sem benefícios fiscais específicos, a tributação do rendimento líquido de somente um desses seis projectos poderia ter atingido US\$ 60 milhões por ano. Se esses seis projectos mineiros e a Mozal não beneficiassem de incentivos fiscais específicos, o Estado poderia colectar anualmente um montante adicional equivalente ao montante actual da ajuda geral ao Orçamento do Estado. Estes recursos permitiriam, a curto prazo, aumentar o Orçamento do Estado em cerca de 25%-30% em termos reais e reduzir a sua dependência da ajuda externa de quase 50% para cerca de 36%.

A aquisição da companhia mineira Riversdale, concessionária do carvão de Benga, em Tete, pela grande companhia multinacional Rio Tinto, por cerca de US\$

3,8 biliões, não foi acompanhada, controlada, avaliada ou tributada pelo Estado moçambicano. A Riversdale era uma companhia muito pequena, que foi substancialmente valorizada pela aquisição da concessão de carvão de Benga (província de Tete). Assumindo, portanto, que pelo menos metade do valor da transacção correspondeu à valorização das acções da Riversdale por causa dos activos da concessão de Benga, o Estado moçambicano poderia ter recebido em impostos sobre ganhos de capital cerca US\$ 400- US\$ 450 milhões com esta transacção. Este montante é equivalente a cerca de um ano de ajuda geral ao Orçamento do Estado – equivalente à construção de 100 escolas secundárias; ou ao subsídio do pão para 10 anos; ou ao subsídio do combustível para 4 anos; ou a um fundo de apoio ao desenvolvimento tecnológico e comercial de pequenas e médias empresas 100 vezes superior ao que recentemente foi instituído pelo governo; ou ao montante de investimento necessário para formar cerca de 100 pequenas e médias empresas industriais com a logística necessária, capazes de empregar 40 mil trabalhadores, de alargar e articular a base produtiva, alimentar a economia e os cidadãos e diversificar as exportações.

Logo, não é surpreendente que a contestação dos incentivos e facilidades fiscais dadas ao grande capital multinacional esteja crescendo em Moçambique (Canal de Moçambique, 2011; Notícias, 2011; O País, 2011a, 2011b, 2011c e 2001d; Savana, 2011; Vieira, 2011, só para citar exemplos mais recentes).

Quinta – o que fazer com os recursos naturais?: a propriedade e o controlo dos recursos minerais e energéticos, assim como dos recursos naturais (terra, água e florestas) e das infra-estruturas (estradas, pontes, comunicações, linhas férreas, energia, água, etc.) associados ao complexo mineral-energético, estão ficando concentrados em grandes empresas multinacionais e suas associadas domésticas. As estratégias e planos de desenvolvimento industrial e espacial do governo de Moçambique estão concebidos em função de pólos de desenvolvimento assentes nos grandes corredores ferro e rodoviários ligados aos grandes portos, focados na extracção e exportação de recursos minerais, e contemplando uma visão integrada da infra-estrutura para servir essa economia extractiva. As Zonas Económicas Especiais e as Zonas Francas Industriais são vectores desta estratégia extractiva para a economia nacional.¹ A recente compra da companhia mineira Riversdale, con-

¹ Ver, por exemplo, o dossier de apresentações feitas no decurso do seminário sobre “Os desafios de crescimento económico e do emprego em Moçambique”, organizado pelo governo de Moçambique em colaboração com o DFID, o Banco Mundial e o FMI, e que decorreu em Maputo de 9 a 11 de Fevereiro de 2011.

cessionária do carvão de Benga, em Tete, pela Rio Tinto sem qualquer controlo, participação ou ganho pelo Estado moçambicano, despoletou um debate que já vem de longe (Castel-Branco, 2002b, 2002c, 2004, 2008a, 2008b, 2009, 2010a; Selemene, 2009; Vieira, 2011), sobre a estratégia de exploração dos recursos naturais de Moçambique. Por exemplo, no seu artigo, Vieira (2011) sugere que o Estado deveria controlar a maioria das acções ou tributar fortemente as receitas destes projectos em defesa do interesse nacional e do projecto de libertação nacional iniciado há mais de meio século; enquanto Castel-Branco (2010a) argumenta a favor de uma matriz macroeconómica que faça a exploração dos recursos naturais responder a uma visão estratégica nacional de desenvolvimento.

Castel-Branco (2011b e 2010a) e Boas & Associates (2011) questionam o sistema de valorização dos recursos minerais concessionados, sobre a qual as taxas são aplicadas. Portanto, a questão não é só das taxas fiscais e outras que se aplicam sobre estes recursos e os resultados da sua exploração, mas também é da definição do valor destes recursos e da sua exploração sobre o qual se aplicam estas taxas. O relatório sobre a indústria extractiva (Boas & Associates, 2011) constatou que o GdM não tem informação detalhada, atempada e independente sobre a qualidade dos minerais, as quantidades extraídas e vendidas, os preços de venda (em especial em mercados futuros), os custos operacionais das empresas extractivas (que são deduzidos aos rendimentos, para definir a matéria tributável), a acumulação de custos no processo anterior ao início da produção (que são determinantes na definição das taxas e montantes de amortização, que reduz a matéria tributável), o tamanho das concessões, entre outros. A informação que existe é fornecida pelas empresas apenas, sem que haja nenhum mecanismo de verificação independente. A experiência internacional mostra que as empresas tendem a inflacionar custos e deflacionar ganhos para minimizar lucros e custos fiscais. Dado o peso da exploração dos recursos minerais no investimento e no crescimento da economia nacional, e o seu enorme potencial estabilizador ou destabilizador da economia, a inadequação do sistema de informação e valorização dos recursos minerais e da sua exploração é um problema extremamente grave.

Mais geralmente, a experiência recente da concessão e exploração dos recursos naturais em Moçambique parece estar orientada exclusivamente para facilitar e acelerar o processo de acumulação privada primitiva das classes capitalistas emergentes, que usam o seu acesso privilegiado e barato a tais recursos para atrair e negociar alianças com o grande capital multinacional (Castel-Branco, 2010a).

Nesta perspectiva, os processos dominantes de acumulação privada têm uma natureza extractiva, são caracteristicamente porosos, são determinados pelos interesses e objectivos do capital internacional e sacrificam a acumulação de rendas pelo Estado para favorecer a acumulação de rendas privadas (Castel-Branco, 2010a, 2010b e 2011b). A economia que daqui emerge é meramente extractiva, porosa e afunilada – virada para a exportação de produtos e serviços primários em bruto, incapaz de produzir para alimentar os cidadãos e os processos produtivos e de absorver a riqueza gerada, e inadequada para alargar os benefícios do crescimento económico.

No popular *blog* Diário de um Sociólogo (2011), o articulista da série *Dos megaprojectos às mega ideias* argumenta que a discussão sobre megaprojectos tem sido simplisticamente colocada do seguinte modo: “taxa os megaprojectos e a vida vai melhorar”. O seu argumento vai mais longe, criticando o tipo de economia rendeira, de serviços e de negócios de curto prazo que se está construindo, bem como criticando o debate que se centra em torno de apropriação das rendas e não da produção. A este tipo de capitalismo, ele chama “capitalismo de chapa”.

Estes argumentos são interessantes e, em alguns aspectos, são semelhantes à crítica sistemática e detalhada que tem vindo a ser feita às características e natureza do padrão de acumulação em Moçambique (Castel-Branco, 2010a, 2002a, 2002b, 2002c e 2002d; OECD, 2011; UNCTAD, 2010). No entanto, o argumento no citado *blog* perde a perspectiva da relevância da questão da tributação. Primeiro, seis ou sete megaprojectos já estão instalados em Moçambique e o seu potencial fiscal combinado, tornado ocioso por benefícios fiscais massivos e redundantes, aproxima-se de um montante equivalente a um terço do Orçamento do Estado. Numa economia dependente de recursos externos, em que a ajuda externa tende a diminuir e a ser substituída por endividamento público, recolher estas rendas, por via fiscal, é fundamental para as opções de desenvolvimento futuro. Segundo, o posicionamento sobre a tributação do capital é vital para definir quem ganha e quem paga as mudanças e o desenvolvimento económico em Moçambique, e que tipo de desenvolvimento pode ocorrer. Terceiro, a tributação do capital pode financiar estratégias económicas e políticas de transformação do padrão de acumulação. Portanto, não há necessariamente um conflito entre apropriar rendas e mudar o padrão de acumulação, nem existe uma relação automática e directa entre apropriar rendas e criar uma economia rendeira. Também a relação entre a apropriação social das rendas e a diversificação, alargamento e articulação da base

produtiva não é automática – para que aconteça, é necessário que a estratégia de uso dos recursos para isso seja orientada.

Apropriar as rendas dos recursos naturais já concessionados, e que o venham a ser, é vital, mas não é uma *panaceia* (solução automática para tudo) – o que acontecerá com a economia, se permanecerá rendeira ou não, dependerá do uso social feito das rendas. Esta discussão é detalhadamente desenvolvida em Castel-Branco (2010a e 2008b) e retomada em Ossemane (2011), Massarongo e Muianga (2011).

Rendeira será a economia que vive de recolher rendas e assim permanece; a que recolhe as rendas para criar uma base produtiva diversificada, alargada e articulada deixará de ser rendeira. A diferença histórica entre as duas é uma questão de economia política.

A exploração dos recursos naturais de forma a contribuir para gerar uma economia mais dinâmica, sustentável, articulada e diversificada requer uma visão macroeconómica para a integração desses recursos numa perspectiva mais ampla de desenvolvimento. Isto é, requer uma concepção rigorosa e sistemática sobre a integração dos recursos naturais numa visão e numa estratégia de desenvolvimento de base alargada, diversificada e articulada. Este quadro deve permitir estabelecer os diferentes objectivos macroeconómicos da exploração de recursos naturais específicos em momentos determinados; construir um sistema de prioridades e de valorização dos recursos; estabelecer os ganhos fiscais e as ligações produtivas a montante e jusante; definir a partilha da riqueza a diferentes níveis – entre sectores, entre prioridades, entre grandes temas estratégicos (crescimento, consumo, sustentabilidade ambiental), entre o governo central e comunidades locais; e desenvolver estratégias industriais que transformem as rendas dos recursos naturais num instrumento de diversificação e articulação da base produtiva, geração de emprego e produção competitiva e em grande de bens básicos de consumo a baixo preço e de qualidade.

Neste contexto, não basta renegociar os contratos com os mega-projectos e colectar os impostos. Se estas receitas adicionais forem apenas gastas a construir as condições necessárias para os megaprojectos serem mais rentáveis, a despesa pública contribuirá para consolidar a estrutura afunilada e concentrada de produção, as vulnerabilidades macroeconómicas e a instabilidade e volatilidade fiscal. As receitas fiscais adicionais devem servir para financiar o alargamento, diversificação e articulação da base produtiva e comercial, fornecendo os serviços produtivos, as capacidades tecnológicas e financeiras e a logística necessárias ao desenvolvi-

mento da base produtiva, assim reduzindo as vulnerabilidades e diversificando e alargando a base fiscal. Portanto, a estratégia de despesa pública é tão importante como a mobilização de mais recursos domésticos.

Sexta – perigos e desafios do endividamento público: a alternativa de financiamento do Estado, que simultaneamente reduza a dependência da ajuda externa e evite a necessidade do rápido crescimento da base fiscal por via da tributação do capital, é o endividamento público (Massarongo, 2010; Massarongo e Muianga, 2011; Castel-Branco, 2010a e 2010b; Ossemane, 2011). Há cinco problemas óbvios relacionados com o financiamento do Estado por via da dívida pública. O primeiro problema é a capacidade de gestão da dívida dentro de parâmetros de sustentabilidade aceitáveis e recomendáveis – este problema está relacionado com capacidade, método e organização, mas também com as possibilidades e pressões reais da economia. O segundo problema reside na pressão que o serviço da dívida põe sobre os restantes recursos do Estado e sobre a estrutura da despesa pública. O terceiro problema consiste na competição por recursos financeiros entre o Estado e o capital privado, que afecta os custos do capital financeiro para todos e, em especial, encarece o investimento para o alargamento, diversificação e articulação da base produtiva. O quarto problema é o incentivo ao sistema financeiro para que este se concentre na transacção e especulação com activos financeiros e com a gestão e lucros da dívida pública, preterindo o investimento em actividades produtivas directas. O quinto problema é derivado da tendência da despesa pública se concentrar em projectos de alto retorno financeiro a curto prazo, e/ou projectos virados para o suporte dos megaprojectos minerais, energéticos e de outras actividades extractivas de grande escala (como, por exemplo, as florestas), em detrimento do desenvolvimento mais alargado da base social produtiva nacional.

As modalidades de financiamento do Estado são determinantes fundamentais das opções e prioridades de despesa pública. Dependendo da magnitude do défice fiscal, da proporção deste défice que é financiado com recurso a dívida comercial, e das condições comerciais do serviço da dívida (taxas de juro e período de maturação do crédito), as prioridades do investimento público serão certamente afectadas. Assim, enquanto o financiamento do Estado por via da tributação do capital possibilita a adopção de uma estratégia de despesa pública para alargar, diversificar e articular a base produtiva; o financiamento do Estado por via da dívida poderá forçar o Estado a optar por investir em projectos de alto retorno financeiro de curto prazo, concentrando-se nas zonas de maior dinâmica e concen-

tração económica e em torno dos grandes projectos de investimento estrangeiro no sector mineral-energético (Massarongo, 2010; Massarongo e Muianga, 2011; Singh, 1992; Castel-Branco, 2002a, 2010a, 2010b e 2011b; Jornal Notícias, 2011).

ECONOMIA POLÍTICA DO DEBATE EM MOÇAMBIQUE

Portanto, do ponto de vista da construção de uma economia diversificada e articulada, a tributação do capital parece ser a melhor opção para mobilizar recursos domésticos que reduzam a dependência externa, para reter uma proporção cada vez maior da riqueza produzida com os recursos nacionais e para utilizar essa riqueza para diversificar e articular a base produtiva de modo a satisfazer as necessidades do investimento e do consumo, isto é, de modo a alimentar a economia e os cidadãos. Para aproveitar a enorme reserva fiscal ociosa que resulta dos benefícios fiscais, é preciso começar por renegociar os contratos com os megaprojectos e alterar a estrutura de incentivos à produção de modo a que incentivos de redução de custos de investimento, de produção e de transacção (infra-estruturas, instituições de aprendizagem e formação, coordenação de investimento, sistemas de informação, sistemas logísticos, financeiros e de aprovisionamento e comercialização, etc.) se tornem na norma, e os incentivos fiscais se tornem na excepção.

Então, por que é que ainda existe um debate acerca desta questão? Se a questão é tão clara, quais são as dúvidas que persistem? Por que é que o governo de Moçambique resiste tão tenazmente a considerar este assunto? Toda a investigação social aponta para a necessidade de entrarmos neste processo de revisão dos objectivos e renegociação dos contratos com os megaprojectos – por que é que os resultados da análise não são adoptados na análise e desenvolvimento de política pública?

Por um lado, certamente que há dúvidas sobre as formas práticas de implementação: como se faz a negociação? Será possível negociar com multinacionais? Quem já o fez? Teve sucesso? Qual será a tarifa fiscal óptima? Como determinar o que tributar e o que subsidiar, por quanto, quando e com que contrapartidas? Como determinar quando é que o mais importante para a economia é a tributação ou as ligações a montante e jusante? Estas, e outras, questões são genuínas, têm que ser respondidas e requerem um quadro/matriz macroeconómico de exploração dos recursos nacionais e uma estratégia industrial e de investimento específica.

Mas as dúvidas existem não apenas ao nível de questões práticas de implementação. Se estas questões práticas fossem a essência das dúvidas, já poderiam há muito ter sido resolvidas.

A razões da opção pela não tributação dos megaprojectos (ou pela resistência á renegociação dos seus contratos) tem a mesma base social e política da opção pelo endividamento público como via alternativa para o financiamento do Estado – a função principal do Estado moçambicano na fase actual é facilitar o processo de acumulação de capital das classes capitalistas emergentes em estreita relação e, geralmente, na completa dependência, das dinâmicas e interesses do capital multinacional, através da expropriação e controlo dos recursos naturais a baixo custo para o capital.

A não tributação do capital mantém estável a relação entre as elites económicas e políticas nacionais e o capital multinacional, mesmo que, a médio prazo, esta opção perigues as relações políticas e a estabilidade social doméstica. A não tributação do capital multinacional permite que a totalidade das rendas dos recursos naturais seja apropriada pelo capital privado, multinacional e doméstico, associado ao complexo mineral-energético.

Por sua vez, o funcionamento do Estado e da sua função provedora de serviços públicos ficam na dependência da ajuda externa (que tende a estagnar ou reduzir em termos reais); ou do envolvimento privado no fornecimento desses serviços e infra-estruturas, através das parcerias público-privadas, o que expande as oportunidades e garantias de negócio privado.

A opção do Estado pelo endividamento público tem grandes atractivos para as elites económicas e políticas nacionais. Por um lado, reduz o poder de interferência e de negociação dos doadores, quer por de facto reduzir a dependência externa, se os créditos comerciais e as parecerias público-privadas se concretizarem na magnitude e condições projectadas; quer por ameaçar reduzir a dependência externa (ou, por outras palavras, sugerir a existência de alternativas para negociação de recursos financeiros fora do quadro clássico da ajuda externa). A maneira de fazer isto é optar por aceitar a ligação directa entre política de cooperação e interesses comerciais, e tentar tirar proveito dessa ligação. Este é o modelo de cooperação das potências económicas emergentes da Ásia (China e Índia), América Latina (Brasil), da Europa (Rússia), entre outras. Para gerar esta opção, reduzir a dependência externa e criar alternativas de negociação e de negócio, é preciso aceitar este quadro absolutamente comercial de cooperação. Por outro lado, esta modalidade evita ter de recorrer a uma rápida alteração do quadro fiscal e permite ter uma solução interina enquanto a reserva fiscal ociosa não entra em operação. Finalmente, este modelo fortalece as parcerias público-privadas, à custa da socie-

dade e do erário público, que permitem ao capital nacional emergente tirar maior proveito das ligações com o grande capital multinacional investido no complexo mineral-energético e a infra-estruturas associadas (Castel-Branco, 2010a).

A resistência, ou crítica, à agenda de renegociação dos contratos com o grande capital tem sido justificada com quatro argumentos principais:

- Os megaprojectos já contribuem para a economia por via do investimento, exportações e emprego – argumento que reflecte confusão entre benefícios financeiros e privados e benefícios económicos e públicos. Por exemplo, a receita de exportação só pertence à economia a partir do momento em que paga impostos, é reinvestida na economia, compra bens e serviços em grande quantidade dentro da economia e gera empregos e salários em grande escala, o que não é o caso dos megaprojectos. Dados do Banco de Moçambique mostram que dois megaprojectos em 2008 tiveram um saldo comercial (exportações menos importações) superior a US\$ 1 bilião, mas apenas US\$ 300 milhões foram absorvidos na economia nacional para pagar os custos operacionais dos projectos (excluindo lucros). Mais de US\$ 700 milhões foram repatriados (Castel-Branco, 2010a). Estas transferências foram a segunda causa mais importante para o agravamento da conta corrente de Moçambique nesse ano. Se estes projectos não beneficiassem de incentivos fiscais especiais, a economia moçambicana teria retido uma adicional superior a US\$ 200 milhões para financiar o défice fiscal, e o défice da conta corrente teria sido reduzido em mais de US\$ 200 milhões. Comparem-se estes números com o que foi declarado pago, em 2008, por seis empresas – US\$ 11,6 milhões. Além disto, como argumenta Ossemane (2011), a questão não é se os megaprojectos já contribuem para a economia, mas que esse contributo está muito longe do que poderia e deveria ser.
- Outro argumento sugere que os incentivos fiscais são para compensar as empresas pelo investimento em infra-estruturas. De facto, o investimento em infra-estruturas é deduzido da matéria tributável não coberta pelos benefícios fiscais. Além disso, as infra-estruturas criadas pelos mega-projectos são geralmente usadas para satisfazer as necessidades desses projectos e praticamente não adicionam nada às capacidades mais gerais da economia.
- É, ainda, argumentado que sem os incentivos fiscais as empresas não investiriam em Moçambique ou sairiam, se já tivessem investido. Como já foi discu-

tido acima, incentivos fiscais são geralmente redundantes e não têm impacto nos ciclos iniciais de negócios.

- Finalmente, é argumentado que estabilidade legal é a condição mais importante para a estabilidade do investimento, e que a renegociação dos contratos porá em causa esta estabilidade, arriscando-se Moçambique a perder biliões de dólares de investimento no futuro em troca de alguns milhões de dólares a curto prazo. Este argumento é construído sobre premissas falas e exageradas. Primeira, estabilidade legal não tem nenhum sentido ou valor prático sem estabilidade do sistema político jurídico que lhe dá forma e legitimidade, e a estabilidade deste sistema político e jurídico é dada pela estabilidade económica, social e política da sociedade para a qual os contratos actuais dos megaprojectos não contribuem. Segundo, a perda anual de uma oportunidade de expandir o orçamento do Estado em 25%-30% com uma base fiscal sustentável não é um desperdício pequeno. O articulista da estabilidade legal exemplifica os perigos da renegociação dos contratos em Moçambique referindo-se aos exemplos de nacionalização da indústria extractiva na Venezuela e outros países latino-americanos. “Renegociação dos contratos” quer dizer “voltar a negociar entre as partes”; não quer dizer “nacionalização”. Como é que “renegociar entre as partes” cria perigos para investimento no futuro? Pelo contrário, quanto mais tempo se continuar a recusar o início da renegociação, mais perto ficará o País do nível de instabilidade e pressão económica, social e política que, levada às últimas consequências, pode terminar em nacionalização.

Se a exploração de recursos naturais só é rentável se a economia nacional e a maioria dos cidadãos forem marginalizados dos seus ganhos potenciais, então não vale a pena explorar esses recursos, especialmente no caso de recursos não renováveis, pelo menos por enquanto.

Portanto, as opções em disputa são económicas e políticas pois afectam a propriedade, o controlo, a organização da produção, a apropriação e distribuição da riqueza e, por conseguinte, as relações de poder. Logo, o debate sobre as opções de financiamento do Estado é, de facto, sobre a economia política dos padrões de apropriação de rendas, acumulação e reprodução social, e sobre o papel do Estado na reprodução ou transformação desses padrões políticos, económicos e sociais. Por outras palavras, é um debate acerca dos interesses e pressões eco-

nómicos e sociais que predominam nas escolhas de opções de política pública e sobre as ligações entre o financiamento público e a reprodução desses interesses e pressões, isto é, sobre quem beneficia e quem paga o processo de acumulação social (Castel-Branco, 2010a e 2010b).

FINANCIAMENTO DO ESTADO E PADRÕES DE ACUMULAÇÃO ECONÓMICA

Ndikumana e Boyce (2010) argumentam que a questão central do endividamento público reside na utilização da dívida para projectos produtivos (em infra-estruturas económicas e sociais) ou improdutivos (em investimento de prestígio, despesas de luxo, ou corrupção). Este quadro analítico permite-lhes discutir a fuga de capitais como uma função não só dos influxos de capitais mas também do tipo de utilização (produtiva ou improdutiva) feita desses capitais. No entanto, a sua análise não permite distinguir entre diferentes opções de investimento e acumulação, e estas opções são determinantes da sustentabilidade económica e fiscal da despesa pública e do padrão de crescimento.

Esta discussão conduz a um novo ponto crucial: os padrões económicos e sociais da despesa pública (incluindo o seu financiamento) afectam o padrão de investimento privado e de crescimento económico (incluindo o padrão de mobilização de recursos financeiros privados) (Castel-Branco, 2010a e 2010b; Castel-Branco, Sulemane *et al*, 2005; Massarongo e Muianga, 2011).

No caso moçambicano, são três os mecanismos básicos de ligação. Primeiro, a despesa pública e as suas modalidades de financiamento têm impacto macroeconómico directo nos níveis e padrões de consumo e de investimento, na competição por recursos financeiros e nos incentivos para o sistema financeiro. Por exemplo, o recurso sistemático à dívida interna mobiliária como forma de financiamento do défice desencoraja investimento produtivo diversificado e articulado e encoraja a competição por rendas financeiras e pela oportunidade de especulação (Castel-Branco, 2010a; Amarcy e Massingue, 2011; Massarongo e Muianga, 2011).

Segundo, o padrão de mobilização de recursos públicos e a estratégia de despesa pública têm implicações directas para as opções de investimento produtivo enfrentadas pelas empresas. Por exemplo, o recurso à dívida comercial para financiar a despesa pública pode limitar recursos financeiros disponíveis e torná-los mais caros, mas também pode encorajar a concentração da despesa pública em actividades de alto retorno financeiro de curto prazo, restringindo as possibilidades, opções e incentivos reais para o investimento privado à reprodução dos

padrões concentrados e extractivos de produção e comércio. Se a despesa pública for financiada com a mobilização da potencial base fiscal ociosa representada pela massa tributável, mas não tributa, do grande capital, novos recursos financeiros, a mais baixo custo, serão disponibilizados para aplicação na economia e, dependendo da estratégia industrial, poderão ser usados para diversificar e articular a produção e balancear o consumo e o investimento. Esta segunda opção poderá criar mais opções e possibilidades de desenvolvimento, para além dos focos tradicionais de exploração extractiva dos recursos naturais (Castel-Branco, 2010a); poderá promover a expansão da actividade financeira em linha com a diversificação da base produtiva e comercial (Amarcy e Massingue, 2011; Sande, 2011; Massarongo e Muianga, 2011; Ossemane, 2011); e gerará uma base fiscal mais diversificada, alargada e dinâmica, directamente relacionada com o crescimento económico e menos dependente e menos concentrada nos recursos naturais – o que a tornará menos volátil e vulnerável.

Terceiro, o modelo de mobilização de recursos e de despesa pública afecta a distribuição e, naturalmente, o conflito social e as direcções de intervenção financeira do Estado. Por exemplo, em paralelo com o subsídio implícito ao capital multinacional mineral-energético por via dos incentivos fiscais, que impede a mobilização de recursos para diversificar a base produtiva e comercial, o Estado intervém por via do OIIL, vulgo “7 milhões”, para minimizar o conflito social com elites locais excluídas do processo de acumulação dominante, sem resolver nenhum problema fundamental da estrutura e dinâmica económica. O OIIL representa apenas 2% do Orçamento do Estado e 0,5% do PIB, está desenquadrado de qualquer estratégia de investimento e, naturalmente, o seu papel fundamental reside na mobilização de elites locais e minimização do conflito entre os interesses dessas elites e o padrão dominante de acumulação, extractivo e concentrado (Sande, 2011).

CONCLUSÕES

A revisão da literatura e dos debates acerca da mobilização de recursos domésticos mostram que existe uma forte relação entre as opções de financiamento da despesa pública e os padrões de consumo e investimento público e privado. Esta ligação é construída por via do impacto macroeconómico directo das formas

de financiamento da despesa pública, das pressões económicas que constroem as opções de estratégia pública de investimento, e da reacção do Estado à tendência de crise e conflito social. Portanto, o debate sobre opções de financiamento do Estado é também sobre opções e padrões de acumulação e reprodução social. Em suma, a decisão sobre como financiar o Estado é crítica do ponto de vista da economia política do desenvolvimento em Moçambique.

REFERÊNCIAS

LIVROS E ARTIGOS

- Amarcy, S. e Massingue, N., 2011. Desafios da expansão dos serviços financeiros em Moçambique. In Brito, L., Castel-Branco, C., Chichava, S. e Francisco, A. (orgs), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE.
- Arndt, C. e Tarp F. (eds.), 2009. *Taxation in a low-income economy: the case of Mozambique*. New York: Routledge.
- Boas & Associates, 2011. Report on the preparation and reconciliation of the first EITI report. Maputo.
- Bolnick, B., 2009. *Investing in Mozambique: the role of fiscal incentives*. Maputo: USAID.
- Byers, B., 2009. Taxation in retrospect. In Arndt, Ch. e Tarp F. (eds.), *Taxation in a low-income economy: the case of Mozambique*. New York: Routledge.
- Castel-Branco, C., 2002a. *An investigation into the political economy of industrial policy: the Mozambican case*. Unpublished PhD Thesis: London: Univ. of London (SOAS).
- Castel-Branco, C., 2002b. Economic linkages between South Africa and Mozambique. Research report. <http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/AI-2002a-SA-Mozambique-linkages.pdf>.
- Castel-Branco, C., 2002c. Mega projectos e estratégia de desenvolvimento. Mimeo. http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Mega_projectos_Moz_texto.pdf.
- Castel-Branco, C., 2004. What is the experience and impact of South African trade and investment on growth and development of host economies? A view from Mozambique. HSRC Conference on “Stability, poverty reduction and South African Trade and Investment in Southern Africa”, 29-30 March. Pretoria. <http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/CCA-AI-2004-Impact-of-SA-trade-and-FDI.pdf>.

- Castel-Branco, C., 2008a. *Os mega projectos em Moçambique: que contributo para a economia nacional?* Comunicação apresentada no Fórum da Sociedade Civil sobre a Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (ITIE), Maputo 27 e 28 de Novembro de 2008. http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/Mega_Projectos_ForumITIE.pdf.
- Castel-Branco, C., 2008b. *Eliminating aid dependency and poverty through development of broad based and diversified productive and trade capacities*. Comunicação apresentada no Trade and Development Board da UNCTAD, Genebra 18 de Setembro de 2008. http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/TDB_18092008_CarlosCastelBranco.pdf.
- Castel-Branco, C., 2009. Indústria de recursos naturais e desenvolvimento: alguns comentários. *Boletim IDELAS* nº 10 (30 de Março). Maputo: IESE. http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_10.pdf.
- Castel-Branco, C., 2010a. Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. In Brito, L., Castel-Branco, C., Chichava, S. e Francisco, A. (orgs). *Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C., 2010b. Considerações sobre desafios de mobilização de recursos domésticos. Comunicação apresentada no lançamento do African Economic Outlook 2010. Maputo. http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2010/AEO_2010_CNCB.pdf.
- Castel-Branco, C., 2011a. Dependência de ajuda externa e *ownership*: crítica com base numa análise de economia política. In Brito, L., Castel-Branco, C., Chichava, S. e Francisco, A. (orgs). *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C., 2011b. O que é que a ITIE faz bem e o que é que não faz? Uma proposta de agenda de trabalho sobre os recursos naturais em Moçambique. Comunicação no Seminário “*Petróleo, gás e minerais em Moçambique – políticas, governação e desenvolvimento local*”. Maputo. http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2011/CNCB_%20PGMM_Fev2011.pdf.
- Castel-Branco, C., Sulemane, J., Fernandes, F., Tivane A. e Paulo E., 2005. *Macroeconomics of scaling-up aid: the Mozambican case*. Background paper for DFID-ODI study on the macroeconomic impact of scaling up aid. http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Macroeconomics_of_Aid_and_FDI.pdf.

- De Renzio, P. e Hanlon, J., 2007. *Contested sovereignty in Mozambique: the dilemmas of aid dependence*. Managing Aid Dependence Project GEG Working Paper 2007/25, The Global Economic Governance Programme, University College, University of Oxford, http://www.globaleconomicgovernance.org/docs/DerenzioandHanlon_Mozambiquepaperrev120107.pdf.
- Di John, J., 2010. The political economy of taxation and resource mobilization in sub-Saharan Africa. In Padayachee, V. (ed.). *The political economy of Africa*. New York: Routledge.
- DNEAP (Direcção Nacional de Estudos e Análise de Política), 2010. *Quadro macro revisto para proposta do Cenário Fiscal de Médio Prazo*. Junho. Mimeo. Maputo.
- Easterly, W., 2006. The big push déjà vue – a review of Jeffrey Sachs, *The End of Poverty: Economic Possibilities of Our Time*. *Journal of Economic Literature*. 44(1), March.
- Easterly, W., 2007. *The White Man's Burden: Why the West's Efforts to Aid the Rest Have Done so Much Ill and so Little Good*. New York: Penguin.
- INE (Instituto Nacional de Estatística), vários anos. *Anuário Estatístico*. Maputo: INE.
- Kuegler, A. 2009. Fiscal Treatment of Megaprojects. In Arndt, Ch. e Tarp F. (eds.), *Taxation in a low-income economy: the case of Mozambique*. New York: Routledge.
- Macamo, E., 2006. *Political governance in Mozambique: final report*. Report for DFID Mozambique (June).
- Massarongo, F., 2010. A dívida pública interna mobiliária em Moçambique: alternativa para o financiamento do défice orçamental? *Boletim IDELAS* nº 30 (Junho). IESE: Maputo. http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_30.pdf.
- Massarongo, F. e Muianga, C., 2011. Financiamento do Estado com recurso à dívida – problemas e desafios. In Brito L., C.Castel-Branco, S.Chichava e A.Francisco (orgs.). *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE.
- McKinley, T., 2009. Why has domestic revenue stagnated in low-income countries? *CDPR Development Viewpoint*, no. 41 (November). London: Univ. of London (SOAS).
- McKinley, T. e Kyrili, K., 2009. Is stagnation of domestic revenue in low-income countries inevitable? *CDPR Discussion Paper* 27/09. London: Univ. of London (SOAS).
- Moyo, D., 2010. *Dead Aid: why aid is not working and how there is another way for Africa*. London: Penguin Books.

- Ndikumana, L e Boyce, J., 2010. Africa's revolving door: external borrowing and capital flight in sub-Saharan Africa. In Padayachee, V. (ed.). *The political economy of Africa*. New York: Routledge.
- OECD (Organization for Economic Co-operation and Development), 2011. African Economic Outlook 2010. Brussels: OECD.
- Ossemame, R., 2011. Desafios da expansão das receitas fiscais em Moçambique. In Brito, L., Castel-Branco, C., Chichava, S. e Francisco, A. (orgs), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE.
- Oya, C. e Pons-Vignon, N., 2010. Aid, development and the state in Africa. In Padayachee, V. (ed.). *The political economy of Africa*. New York: Routledge.
- Padayachee, V. (ed.), 2010. *The political economy of Africa*. New York: Routledge.
- Sachs, J., 2006. *The End of Poverty: Economic Possibilities of Our Time*. New York: Penguin.
- Sande, Z., 2011. "7 milhões": revisão do debate e desafios para a diversificação da base produtiva. In Brito, L., Castel-Branco, C., Chichava, S. e Francisco, A. (orgs), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE.
- Selemane, T., 2009. *Alguns desafios da indústria extractiva em Moçambique*. Maputo: CIP.
- Singh, A., 1992. The stock market and economic development: should developing countries encourage stock markets? *UNCTAD Discussion Paper* nº 49. Geneva: United Nations.
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development), 2010. The Least Developed Countries Report, 2010 – Towards a new international development architecture for LDCs. Geneva: United Nations.

ARTIGOS EM ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E BLOGS

- Canal de Moçambique, 2011. Mega-projectos criam contradição entre governador do Banco Central e membros do Governo. 02 de Fevereiro, pp. 2-3.
- Notícias, 2011. Dívida externa privada em rápido aumento. 4 de Fevereiro, pp. 4-5 do suplemento "Economia & Negócios".
- Diário de um Sociólogo, 2011. Dos mega projectos às mega ideias. <http://www.oficinasociologia.blogspot.com/> (acedido a 01 e a 02-03-2011).
- O País, 2011a. Gove diz que há condições para negociar com os mega-projectos. 31 de Janeiro, pp. 2-3.
- O País, 2011b. O que mantém os mega-projectos não é a isenção fiscal. 14 de Janeiro, pp. 10-12 do suplemento "O País Económico".

- O País, 2011c. Venda de acções da Riversdale à Rio Tinto – o Governo teria ganho valor suficiente para subsidiar pão durante oito anos. 28 de Fevereiro, p. 16.
- O País, 2011d. Mega-projectos conduzem populações ao empobrecimento. 25 de Fevereiro, p. 14 do suplemento “O País Económico”.
- Savana, 2011. A nossa pobreza é rentável. 25 de Fevereiro, p. 2.
- Vieira, S. 2011. Sobre batalhas pelo controlo dos recursos minerais. In *Domingo*, 6 de Fevereiro, p. 14.